

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Caio Vianna)

Requer seja feito o convite ao Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para prestar esclarecimentos a respeito dos recentes vazamentos de dados da população brasileira.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja feito o convite ao Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para prestar esclarecimentos a respeito dos recentes vazamentos de dados da população brasileira, em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado uma série de incidentes graves relacionados à segurança de dados pessoais. Segundo a Agência Brasil, somente em 2021, o governo brasileiro enfrentou quase cinco mil incidentes cibernéticos. Um exemplo emblemático foi o ataque ao site do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br/), que resultou na indisponibilidade das plataformas "ConecteSUS" e "Portal Covid" e colocou em risco os dados neles contidos. No âmbito municipal, entre 2019 e 2021, pelo menos em 310 cidades brasileiras a população enfrentou dias de serviços interrompidos, teve seus dados pessoais expostos ou mesmo impostos desviados dos cofres públicos por causa de ataques cibernéticos.¹

¹<https://umdadoamais.com/municipios-a-deriva-sem-seguranca-digital-mais-de-300-foram-atacados-em-3-anos/>



Um caso recente que merece nossa atenção envolve o vazamento de dados de beneficiários do programa Auxílio Brasil, operado pela Caixa Econômica Federal. Em uma decisão judicial recente, um juiz determinou que a União, Caixa Econômica Federal, Dataprev — empresa pública de tecnologia da informação — e ANPD indenizem os 4 milhões de beneficiários do Auxílio Brasil que tiveram seus dados vazados em R\$ 15.000 cada, totalizando R\$ 60 milhões, além de R\$ 40 milhões por dano moral coletivo, destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, o que demonstra a gravidade do incidente.

O vazamento de dados, segundo informações do instituto Sigilo, envolveu números de telefone, data de nascimento, valor do benefício e cadastros dos beneficiários no Sistema Único de Saúde (SUS). A Caixa Econômica Federal afirmou que irá recorrer da decisão e que não identificou, "em análise preliminar", o vazamento de dados.²

Em 2021, o Banco Central comunicou um incidente de segurança com vazamento de dados pessoais vinculado a chaves PIX que estavam sob a guarda e a responsabilidade da empresa Acesso Soluções de Pagamento. Os dados de 160.147 chaves foram potencialmente expostos, incluindo informações como nome completo, CPF, instituição, número da agência e conta.

Também em 2021, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) requisitou que a Polícia Federal abrisse uma investigação para apurar o vazamento de dados de mais de 223 milhões de brasileiros — número maior que a população do país, pois a base de dados incluía até pessoas falecidas. O vazamento foi identificado pela empresa PSafe e incluía nome completo, fotos, endereço, renda mensal e CPF, entre outras informações pessoais, inclusive de pessoas mortas.

Em 2019, a Netshoes concordou em pagar R\$ 500 mil de indenização por danos morais, conforme acordo celebrado com o Ministério Público do Distrito Federal, após informações de cerca de 2 milhões de clientes terem sido expostas na internet. O caso veio a público no início de 2018, quando dados como nome completo, CPF, email e histórico de compras vazaram devido a falhas em sistemas da empresa.

²<https://www.poder360.com.br/justica/justica-manda-caixa-indenizar-beneficiarios-do-auxilio-brasi>



Esses episódios levantam questões cruciais sobre a segurança dos dados pessoais dos cidadãos e a responsabilidade em protegê-los adequadamente. É nosso dever como representantes do povo brasileiro garantir que a privacidade e a segurança dos dados pessoais sejam prioridades máximas em nossa sociedade.

Nesse contexto, a realização de uma audiência com o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, torna-se ainda mais urgente. Essa audiência permitirá que esclareçamos ações e medidas que a ANPD está tomando para garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e para proteger os direitos dos cidadãos em relação à privacidade de seus dados pessoais.

Portanto, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 2023.

Deputado CAIO VIANNA
PSD/RJ

